

## Patrimônio no jornal *A Tarde* na Bahia

Mary Weinstein<sup>1</sup>

### RESUMO

Este estudo busca compreender a evolução da prática jornalística na imprensa local da Bahia, com base na observação de sua pauta. Partimos da cobertura de dois episódios relativos à conservação do patrimônio histórico, em dois momentos distintos, considerando este como um assunto de interesse público. O intuito é destacar não somente a mudança na forma de produção do jornal – no centenário *A Tarde* – entre um período e outro, mas, também, rever analiticamente a construção da pauta referente ao patrimônio edificado. No primeiro período, acompanhamos a recuperação do Centro Histórico de Salvador, entre 1992 e 2002. No segundo, a abordagem recai sobre o tombamento do Corredor da Vitória, entre 2003 e 2004. Pontuamos aspectos da sistemática de produção da notícia em *A Tarde*.

**Palavras-Chave:** Jornalismo. Patrimônio. Agendamento. *A Tarde*.

### ABSTRACT

This study seeks to understand the evolution of journalistic practice in the local press of Bahia based on an observation of their schedule of coverage. We start from two episodes related to heritage conservation, at two different times, considering the issue as a matter of public interest. The aim is to highlight not only the change in the form of the newspaper production - the centenary *A Tarde* - from one period to another, but also analytically review the construction of the agenda related to the built heritage. In the first period, we follow the recovery of the Historic Center of Salvador, between 1992 and 2002. In the second, the approach is over the Corredor da Vitória, between 2003 and 2004. We point out the systematic aspects of news production in *A Tarde*.

**Keywords:** Journalism. Heritage. Agenda-setting. *A Tarde*.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. email: maryweinstein@gmail.com.br.

## 1. Décadas de abordagem

No âmbito restrito do impresso, a prática jornalística mudou. Neste trabalho, tomamos como universo o jornal *A Tarde*, que circula na Bahia há pouco mais de um século, com a proposta de demonstrar parte de sua evolução, no que se refere à sistemática de produção, ocorrida nas duas últimas décadas, e o avanço na própria percepção de ser um espaço para debate público. Mais especificamente, observamos algumas reformulações de enquadramento ou enfoque e a atribuição de novos papéis em sua redação e prática jornalística. Os efeitos de tais mudanças fazem-se sentir no agendamento de notícias, e nas relações entre o sistema da mídia e o conjunto social.

Atemo-nos ao assunto patrimônio, no período entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, com concentração em duas coberturas: a primeira, que tratou do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado em 1992, o qual segue em desenvolvimento até hoje, em sua 7ª Etapa, anunciada, pela primeira vez, oficialmente, há mais de 10 anos; e a segunda refere-se à notificação de tombamento de 12 imóveis, de estilo eclético, no Corredor da Vitória, que vigorou durante um ano, entre 2003 e 2004. Parte da pesquisa que respalda esse estudo tem como base dois conjuntos de dados quantitativos relativos às unidades jornalísticas publicadas sobre esses episódios, em seus respectivos momentos, nos termos da análise de conteúdo (BARDIN, 2008). A descrição comparativa entre os dois casos nos dá a condição de analisar a mudança na forma de abordagem do tema patrimônio cultural pelo jornal, de uma década para outra.

Com o propósito de classificar o material levantado em mais de 3 mil edições, critérios coerentes com o referencial teórico foram estabelecidos. Assim, nas categorizações dos atributos das matérias que serviriam para a composição de indicadores, nos mantivemos afastados de dilemas relacionados a objetividade e imparcialidade, tão comuns na prática jornalística. Nos concentramos na escolha das temáticas e atributos de matérias e reportagens, os quais levam a uma definição de enquadramentos. McCombs (2007) aponta três responsabilidades sociais básicas da mídia: supervisionar, alcançar consenso entre os vários segmentos da sociedade e transmitir cultura. E assume que, com o papel de vigilância, passando por objetos e seus atributos, ocorre um “aprendizado variado” entre o público. Inicialmente, em decorrência da exposição aos meios de comunicação de massa, as pessoas

ficam cientes dos problemas e das situações e selecionam os mais importantes para fazerem parte da sua própria abordagem. Os atributos, então, são os subtemas que fazem parte de um escopo de um tema geral e que, em uma matéria, equivale ou a direciona a um enquadramento. Ao longo deste trabalho, fazemos uma análise que inclui a simples publicação do tema, e os atributos encontrados em cada unidade jornalística.

Entendemos que um assunto é considerado relevante pela mídia ao ser incluído na sua pauta que, por sua vez, poderá influenciar a agenda do público e dos governos ou políticas de governo. Como postulou Bernard Cohen em 1963, os media determinariam sobre o que as pessoas devem pensar e não como devem pensar sobre um determinado assunto. “Os media podem não definir, propriamente, o sentido do mundo, mas balizam (através da sua agenda) com notável exatidão os limites que esse sentido pode assumir, isto é, os limites do nosso pensamento sobre a realidade envolvente” (ESTEVEVES, 2011, p. 393). Isto porque, na medida em que o assunto é exposto, ganhando visibilidade, ele é passível de suscitar discussão na agenda pública, assim como aumenta a probabilidade de ser incluído na agenda das políticas públicas (MCCOMBS, 2007). Com a verificação da abordagem, comprovamos a hipótese que formulamos inicialmente de que o jornalismo de *A Tarde* sofreu alterações em seu modelo de atuação, o que teria levado o veículo a uma inserção mais aprofundada e amplificadora das vozes representativas dos segmentos sociais existentes, ao passo em que conseguia reformular o enquadramento sobre a questão do patrimônio. O que mostramos aqui é justamente a construção das duas abordagens em *A Tarde*.

Habermas (1984) considerou a formação da esfera pública uma evolução, uma saída do obscurantismo, no momento em que começaram a se formar as repúblicas nas civilizações ocidentais. Dentro da concepção do Iluminismo, o amplo diálogo seria um passo que se precisava dar. A comunicação, por meio da prensa de Gutenberg, possibilitaria a *publicização* dos assuntos de interesse público, sendo possível, então, o entendimento do conceito de *agendamento*, proposto pela Teoria da *Agenda-setting*. O enquadramento, relacionado por Tuchman (2002), com base nas ideias iniciais de Goffman (2006) complementa uma reflexão sobre as questões de abordagens feitas no jornalismo. Os assuntos são agendados em decorrência de circunstâncias que envolvem interesses diversos, inclusive o interesse público, assim como, eventualmente, interesses particulares. Os *gatekeepers*, em várias instâncias,

decidem o conteúdo e determinam, em grande parte, o que é publicado e o enquadramento do que é publicado. Entretanto, Luhmann (2005) destaca que não se deve entender “seleção” por “liberdade de escolha”. Isto se refere ao sistema de funcionamento dos meios de comunicação, e não a departamentos isolados como as redações, que ainda segundo ele, não têm tanta liberdade na seleção de notícias como “os críticos em geral supõem” (LUHMANN, 2005, p. 57). Entretanto, é inegável que, muito comumente, haja direcionamentos provenientes dos elos de uma cadeia de *gatekeepers* e que estes se configuram e se alteram em meio a disputas em um campo de força (BOURDIEU, 1989). O campo do jornalismo, como qualquer outro, busca conquistar autonomização a qual teria que se realizar no âmbito das redações.

A abordagem do patrimônio histórico e cultural no jornal *A Tarde*, durante as duas décadas que servem de referência neste trabalho, nos oferece elementos que compõem um demonstrativo sobre como um assunto de interesse público se firma no horizonte midiático, e sobre como esse processo se dá. Analisamos as unidades jornalísticas considerando-as resultantes da disputa que se apresenta nas páginas publicadas. Em seguida, outro ponto central, com base na Teoria da *Agenda-Setting*, é o que trata da transferência entre agendas (MCCOMBS, 2007). Influências seriam intercambiadas entre as agendas do público, da mídia e das políticas de governos. O assunto patrimônio se prestaria bem a uma análise da prática jornalística, inclusive no campo dos *media effects*, sob a perspectiva do *agendamento*, a partir do meio impresso, justamente em função das características revistas, notando-se a sua ascensão até alcançar uma proeminência, ou *salience*, mantendo-se por longo período em alta, como prevê McCombs (2007) em sua teoria.

No universo do jornalismo local, praticado pelos meios de comunicação convencionais, patrimônio é uma temática especialmente adequada ao meio impresso, uma vez que se destaca na pauta, por diferir de outros assuntos mais triviais. Cresceu qualitativa e quantitativamente, dentro da pauta selecionada pelo jornal *A Tarde*, e pode ser “medido” facilmente, a partir das unidades jornalísticas publicadas. Este conteúdo é mais próximo do jornal não por ser uma questão periférica ou insólita, mas sim porque as televisões brasileiras aparentemente veiculam mais catástrofes ou espetáculos, dentro de uma perspectiva que possa garantir a venda do seu produto. Segundo McQuail (2003, p. 263), os meios de comunicação de dimensão local podem ganhar força e independência pelas ligações que

mantêm com a comunidade e com a cidade a que servem. Assim como o jornal, o patrimônio tem um significado especial para quem o rodeia, o reconhece e o legitima. Por isso, ao abordar este assunto, o impresso reafirma uma relação com a comunidade e com o lugar que lhe deram origem, e aos quais se dirige, diretamente, todos os dias. Nesta interação, cria-se um vínculo, uma associação, entre estes que compartilham o mesmo presente, passado e futuro, e a mesma realidade histórica e geográfica – porque estão todos no mesmo lugar. “É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso” (CARLOS, 2007, p. 20).

## **2. Transferência e noticiabilidade**

A metodologia de produção do jornal *A Tarde* também pôde ser modificada graças à mudança de contexto em que este estava inserido: se durante o início do Programa de Recuperação do Centro Histórico, o jornal mantinha-se bem afinado politicamente com o governo do Estado, a partir da III Etapa direciona-se para o lado oposto. Durante o segundo episódio, do Corredor da Vitória, o tombamento ocorreu em nível federal, justo no momento em que um novo partido, o Partido dos Trabalhadores, o PT, subia ao poder, com disposição para realçar as diferenças de suas intenções e realizações, em contraposição ao governo anterior, do PSDB. Portanto, é evidente que os dois processos aconteceram porque havia circunstâncias propícias, que possibilitavam cada posicionamento tomado pelo jornal em cada tempo. O meio de comunicação refletia o próprio interesse que se manifestava de forma complementar dentro de cada contexto político.

A transferência entre agendas que, no momento inicial do período referente ao primeiro episódio, ocorreu na direção do governo para o jornal, em um segundo momento muda, passando o assunto a ser proposto pelo jornal de forma consistente, e sendo acolhido pelo governo, em consequência de uma recontextualização das possibilidades de agendamento. Isto é constatado na análise dos dados quantitativos colhidos nas unidades jornalísticas – na inclusão de fontes, no novo enquadramento – e nas menções feitas às matérias do jornal em ofícios, inquéritos, cartas, processos e providências tomadas pelos governos.

O assunto patrimônio aparecia esporadicamente na mídia e não se mantinha constante na pauta de *A Tarde* até que a Recuperação do Centro Histórico se impusesse em 1992. A novidade referente ao conjunto colonial, que é Patrimônio da Humanidade, foi divulgada primeiramente na entrevista: “Antonio Carlos: Bahia influi hoje nas decisões nacionais” (*A TARDE*, 31/03/1992, p. 9), assinada pelo repórter Walmir Ferreira. Pela notícia sobre o preenchimento de uma lacuna crítica da cidade, anunciada por uma personalidade política de destaque, o assunto subiu em *saliência*, multiplicando-se em atributos, sempre associados à revitalização da área. O agendamento originava-se no governo, como artifício de marketing e não pelo reconhecimento de que seria fundamental para o imaginário nacional e para a memória da construção da cidade, em respeito à manutenção do que havia de remanescente do seu desenvolvimento, de sua história e de sua cultura. Esta condição mudaria, passando a temática do patrimônio histórico e cultural edificado a ser pautável, no momento do segundo episódio, em que a função de “pauteiro”, jornalista que elabora pautas para o corpo de repórteres, é abolida, em 2003, por decisão de um novo diretor de redação de *A Tarde*, o jornalista Ricardo Noblat. O repórter passa a sugerir a própria pauta e a ser responsável pelo enquadramento do que produzia. Antes disso, durante o agendamento da recuperação do Centro Histórico, o repórter tornou-se proponente no caso da “asepsia social” – utilizado pelo promotor do Ministério Público, responsável pelo caso, Lidivaldo Brito. O agendamento do Ministério Público foi motivado, em grande parte, em função da abordagem da mídia, particularmente do jornal *A Tarde*.

O padrão da abordagem sobre o patrimônio histórico e cultural no jornal *A Tarde* pôde ser modificado em consequência de uma disposição de reformulação da operação do próprio veículo. De menções esporádicas, o patrimônio material e imaterial referente ao Pelourinho e ao Corredor da Vitória passou a ter inclusão rotineira e mais aprofundada. Com a mudança do *modus operandi* da redação do jornal *A Tarde*, houve alteração de conteúdos e de frequência das inserções, no que se refere às questões do patrimônio, assim como do enquadramento, que prontamente incorpora, também, a crítica feita pela comunidade afetada pelas iniciativas do governo. O jornal, que inicialmente elogiava (figura 1), passa a dar maior visibilidade à questão da “asepsia social”. O Ministério Público Estadual termina por levar o assunto à justiça, provocando o posicionamento do Programa Monumenta, à época vinculado ao Ministério do Planejamento, que financiava a “revitalização” do Centro Histórico em

2003. O governo estadual foi obrigado a rever a política de retirada dos antigos moradores do Centro Histórico.

FIGURA 1: Matéria publicada sobre inauguração da Etapa I do Centro Histórico



FONTE: Jornal *A Tarde*, 14/03/1993, p. 1.

A busca por fontes, a identificação da notícia, a apuração de dados relevantes, a produção do texto jornalístico, a edição, a escolha de fotografias para ilustração e a utilização do espaço no jornal requerem o envolvimento do repórter, inclusive como proponente de assuntos que passam a ser considerados em decorrência do acesso ou inserção que ele passa a ter na questão. Antes, o repórter era limitado ao cumprimento de pautas definidas verticalmente pela chefia de reportagem que orientava o jornalista cuja função era a de “pauteiro”. O acréscimo trazido por essa sistemática assume importância porque tem como efeito a adoção de uma nova postura pelo jornalista, que passa a se responsabilizar pelo objeto das reportagens, no sentido de até empreender uma busca pela notícia com a qual mais se identifica. Ele passa a poder propor temas de reportagens e a se apropriar de assuntos, a se

especializar, e a se tornar cada vez mais *proponente*, a defender a inclusão e a sustentação de abordagens, e a se posicionar, inclusive durante as disputas do dia a dia da redação do jornal.

É durante os dois episódios – recuperação do Centro Histórico e tombamento da Vitória – que a temática deixa de ser publicada apenas por articulistas e se iniciam processos de construção e emergência de uma pauta, em cada momento, voltada para o assunto. Em ambos os casos, a reportagem incorpora o conjunto de questões relativas ao patrimônio histórico.

FIGURA 2: Matéria sobre restauração equivocada



FONTE: Jornal *A Tarde*, 19/06/1995, p. 5.

Em 1990, foram publicadas 104 matérias sobre patrimônio histórico em *A Tarde*. Em 1992, este número chegou a 156 e já no ano seguinte a 336. Em 1998, foram 361 unidades jornalísticas voltadas para o tema. Os números nos anos subsequentes são em sua maior parte crescentes e, à medida que se consolidam, ocorre, também, uma mudança de enquadramento. Verifica-se a gradual presença de matérias críticas (figura 3) ao padrão restaurativo adotado pelo governo, e uma maior variedade de vozes é inserida entre as fontes ouvidas nas reportagens. Há, também, um acréscimo de fontes não oficiais. Atributos com menor



destaque anteriormente ganham proeminência, a exemplo dos categorizados como “degradação”, “trânsito” e “estacionamento”, conforme pesquisa da autora (tabela 1).

**Tabela 1:** Quantificação dos assuntos tratados no jornal *A Tarde* relativos ao Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (1992-2002). Números absolutos.

Assuntos	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	Total
Baixa dos Sapateiros	0	2	1	0	0	2	1	2	2	1	2	13
Banheiro	0	0	1	0	2	0	0	0	2	0	0	5
Comércio	0	0	1	5	5	5	3	2	3	0	1	25
Degradação	2	2	5	3	5	6	14	3	15	4	7	66
Desabamento	1	4	6	4	6	0	4	13	5	4	1	48
Edifício Themis	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Educação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Entorno (bairros adjac.)	0	3	2	2	3	0	0	2	2	0	1	15
Etapa atrasada	0	0	3	1	1	0	0	0	1	1	0	7
Exoneração	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Habitação	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3	5
Imprensa	0	2	2	1	0	2	2	0	0	0	0	9
Inaug. e anúncios etapas	12	38	9	0	4	0	10	6	3	1	2	85
Incêndio	8	2	2	0	2	8	6	1	0	1	2	32
Inst. Empreendimentos	4	22	11	6	8	18	13	13	10	2	2	109
Iphan	0	0	0	1	0	7	1	6	0	1	3	19
Limpeza	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3
Monumenta	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3
Moradores	2	3	3	4	1	2	9	1	2	4	0	31
Queixa, denúncia.	3	1	3	2	4	22	5	8	1	2	0	51
Passarela	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	12
Poluição sonora	0	9	0	0	3	2	0	1	2	0	0	17

Prefeitura/Praça da Sé	3	2	2	1	1	9	9	27	5	0	0	59
Recuperação	4	21	10	6	10	14	10	10	8	2	0	95
Restauração	9	0	4	0	1	1	3	0	0	0	1	19
Retirada de moradores	8	2	0	0	0	0	5	1	2	14	14	46
Segurança	1	8	4	4	2	2	2	1	1	0	0	25
Social	0	1	1	1	3	0	1	0	0	0	0	7
Trânsito, estacionamento	1	7	1	5	4	9	19	5	1	0	0	52
Turismo	0	8	2	5	4	2	2	9	5	1	0	38
Verbas	4	0	4	1	1	7	4	6	4	1	0	32
Visitas ilustres	0	10	7	8	1	6	7	8	0	0	0	47
Outros	0	16	14	9	7	17	4	6	15	1	0	89

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa e elaboração dos dados pela autora.

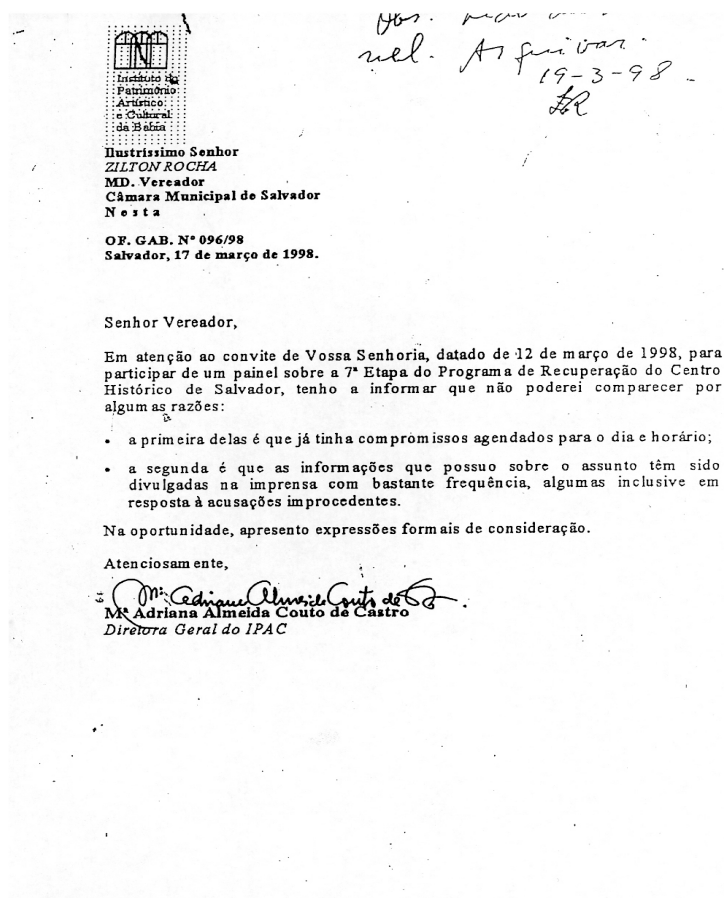
**Tabela 2:** Quantificação dos assuntos tratados no jornal *A Tarde* relativos aos atributos de matérias sobre o tombamento do Corredor da Vitória (2003-2004). Números absolutos.

<b>Temas</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Total</b>
Arquivamento	0	17	17
Casa Cardinalícia	2	0	2
Conselho Consultivo	4	2	5
Debate Público	2	0	2
Demolição	7	1	8
Empresários	1	1	2
Entorno	6	0	6
Falta de proteção	2	0	2
Impugnação	1	0	1

Fonte: Jornal *A Tarde*. Elaboração dos dados pela autora.

Do primeiro para o segundo momento analisado, verificou-se o sentido oposto na direção do *agendamento*. No primeiro, o governo agendou o assunto, que foi absorvido pelo jornal. No segundo, o jornal pautou o governo, ao levantar questões sobre a necessidade de proteção do patrimônio. Estes caminhos são demonstrados, ao examinarmos a cronologia dos documentos, o conteúdo das reportagens, a presença das fontes de informação nas unidades jornalísticas, os ofícios, a abertura de inquéritos, ações etc. A troca de ofícios entre a diretora do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA), Adriana Castro (figura 3), e o vereador Zilton Rocha, os processos do Ministério Público Federal ou a correspondência do então Ministro da Casa Civil José Dirceu, ilustram a questão posta em discussão no espaço do jornal.

**FIGURA 3:** Ofício da Diretora do IPAC-BA dirigido ao vereador Zilton Rocha



FONTE: Arquivo Zilton Rocha.

A pauta sobre patrimônio constituiu-se no decorrer das duas coberturas – do Programa de Recuperação do Centro Histórico e do Tombamento do Corredor da Vitória. Integrado à editoria de *local*, patrimônio histórico e cultural passa a ser destaque. *A Tarde* sofreu retaliação do governo do Estado, com a ausência de anúncios em suas páginas, a partir de 1996, por mais de sete anos, e resistiu. Dentre as evidências que se referem à transferência da agenda da mídia para a do governo, está o tombamento do Corredor da Vitória, pedido cinco anos antes, em 1998, pelo Sindicato dos Arquitetos (Sinarq). A ação de notificação ocorre depois da publicação de três matérias sobre a falta de proteção legal do conjunto. Esta condição é mencionada pela revista *Carta Capital*, na edição de 3 de dezembro de 2003, página 28.

### 3. Interesses

O Centro Histórico foi alvo do programa de recuperação iniciado pelo governo, por representar a possibilidade de negócios no campo da cultura, e, sobretudo, do turismo, ao mesmo tempo em que se tornaria o “marketing” ideal para os próprios promotores. No caso do tombamento dos 12 imóveis situados no Corredor da Vitória, havia somente a ênfase no patrimônio cultural que estava sendo ameaçado pela especulação imobiliária. Se no primeiro caso havia uma conjuntura propícia para que se promovessem as obras que supostamente conservariam o conjunto arquitetônico considerado Patrimônio da Humanidade, sendo este um motivador para a produção de matérias provenientes dos gabinetes do governo, no segundo, havia circunstâncias favoráveis à transferência do *agendamento* proposto pelo jornal, uma vez que o local atraía a atenção, por ser um nicho da especulação imobiliária e um espaço altamente valorizado no mercado da capital baiana. Sobre o abandono do Centro Histórico e sobre a sua degradação sempre houve artigos e outras manifestações de personalidades proeminentes, e até um filme *Nada levarei quando morrer*, feito pelo fotógrafo Miguel Rio Branco, na década de 1970. Sobre a conservação dos imóveis situados no Corredor da Vitória, houve publicação esparsa de matérias no próprio jornal *A Tarde*, nos anos de 1990.

Nesta década, a recuperação do Centro Histórico, capitaneada pelo governo do Estado, foi destacada. Pudemos verificar que sem uma representação equilibrada de vozes dos envolvidos nas reportagens, a disputa de campos de força pendia para o lado da confluência de interesses do governo junto com o de empreiteiras, construtoras, empresas turísticas e setor comercial, empenhados naquela iniciativa, em confronto com a resistência dos moradores da área. Assim, podemos constatar que o espaço do jornal era ocupado pelos que tinham o poder de decisão sobre o Projeto de Recuperação, o governo do Estado. Os excluídos do Centro Histórico pelo empreendimento – antigos moradores e comerciantes – procuraram chamar a atenção da mídia e se fazerem presentes nos meios de comunicação.

Inserção sobre este episódio foi verificada nos momentos em que foi proposta a desocupação do edifício dos Alfaiates, na Rua da Misericórdia, em 2001, e durante a reformulação da VII Etapa de Recuperação do Centro Histórico, quando a retirada de moradores é denunciada ao Ministério Público Estadual, em 2002.

No início dos anos 2000, as reportagens passaram a incluir, cada vez mais, assuntos relacionados à necessidade de se exigir providências para a proteção do patrimônio, a exemplo do dispositivo do tombamento – aparentemente, o único capaz de garantir alguma resistência à degradação causada pela especulação que era crescente e que se fazia notar ostensivamente na área do Corredor da Vitória. A inclusão do assunto proteção do patrimônio – tombamento e outros mecanismos – no jornal denotava uma preocupação que, para ser agendada, exigia a complacência do jornalismo, que começaria a pautar com maior consistência, independentemente do acontecimento de incidentes e das fontes predominantemente oficiais. O campo da comunicação passou a dialogar – e não simplesmente a reproduzir, repercutir ou desdobrar as pautas originadas nos gabinetes do governo – com o campo econômico sob a influência do setor imobiliário que, abertamente, disputava espaço para legitimar as suas obras, mesmo que estas conflitassem com o interesse público. O campo do patrimônio ganha carga valorativa própria. Embora com múltiplos significados, passa também a tensionar, de forma mais aguda, os processos de discussão sobre a produção da cidade e seus sentidos.

A mídia, cuja função pode ser a de colocar em pauta assuntos de interesse público e de investigá-los e desvendá-los, ou instigar o debate, expôs as questões relacionadas ao patrimônio, expandindo o seu tradicional raio de abrangência para além do que era factual, ou de grande e imediato impacto, como incêndios, desabamentos e outros temas, também pontuais. Frequentemente, a abordagem não encontra o desdobramento necessário para que uma discussão se estabeleça plenamente, e para que haja continuidade suficiente para propiciar a constituição do *agendamento*. Também, usualmente, as informações divulgadas são tão somente as disponibilizadas oficial e superficialmente. Nos casos aqui referidos, do Centro Histórico de Salvador e do Corredor da Vitória, as abordagens se diferenciam do padrão da notícia motivada apenas pelo impacto imediato que pode causar.

Anteriormente às coberturas aqui analisadas, o assunto patrimônio cultural apresentava-se disperso e em editorias e cadernos variados, sem que estivesse claro que seria um compromisso abordá-lo de forma consistente, não só em função das ameaças que sofria, mas, também, por ser um identificador da cultura local. Na maioria das vezes, não se criava a expectativa de que o jornal levaria adiante a cobertura de um conflito, retomando-o, produzindo *suites*, que, no jargão jornalístico, significa atualizar uma matéria, publicando o

que há de novo sobre o assunto. Em *A Tarde*, o problema do patrimônio nem sempre retornava em uma nova matéria como desfecho, mas sim como um novo questionamento. Esta característica pode ser conferida a partir das quantificações registradas, em que é listada a frequência das tematizações. Houve a oscilação da abordagem dos vários temas, na primeira cobertura, e a concentração temática, na segunda, repetindo um estilo que se antecipou com a cobertura da tentativa de expulsão dos ocupantes do prédio dos Alfaiates, na Rua da Misericórdia, em 2001. Esta foi uma gradação na evolução da cobertura dispensada ao Centro Histórico. Após o início do Programa de Recuperação, durante um período de entusiasmo acrítico, houve uma esparsa abordagem que não promoveu quaisquer alterações nas políticas públicas, que continuaram sendo direcionadas para a retirada dos habitantes do lugar. Posteriormente, já nos anos 2000, a cobertura de *A Tarde* repercutiu a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), como resultado de um processo instaurado pelo Ministério Público Estadual, com base em matérias publicadas. Estas eram citadas pelas ações do Ministério Público, assim como posteriormente as do tombamento do Corredor da Vitória eram pelo Ministério Público Federal.

#### **4. Momento atual**

Apesar da evolução constatada de uma abordagem para a outra, no momento atual observamos uma regressão na cobertura das questões relacionadas ao patrimônio cultural. Se voltarmos o nosso olhar para a situação das áreas que foram objeto das coberturas, veremos que o Centro Histórico de Salvador continua sendo o endereço de graves problemas, o que dificulta a sua conservação e a capacidade de atrair frequentadores. E, mesmo assim, o assunto raramente é debatido nos jornais.

Também, o Corredor da Vitória seguiu perdendo imóveis remanescentes da virada do século 19 para o 20, depois do arquivamento do processo de tombamento, em 2004. Precisamente, quatro das 12 edificações notificadas de tombamento, em 2003, foram destruídas – a Mansão Wildberger, o Hotel Caramuru, a Mansão Leonor Calmon e o Palácio dos Cardeais. Outras que não tinham sido listadas para tombamento, mas que também tinham valor como testemunho histórico do mesmo período, também desapareceram, a exemplo da conhecida Mansão dos Baggi, na esquina da Rua Aluísio de Carvalho, que cedeu espaço para

o prédio Mansão Phileto Sobrinho, e outra edificação situada em frente, onde se instalou uma concessionária para a venda de automóveis Honda.

Também outros ícones da cultura baiana sofreram interferências significativas, sem que a discussão se estabelecesse por meio de reportagens no jornal *A Tarde*, exceto pelos artigos de opinião assinados por especialistas, a exemplo da polêmica sobre a ponte Salvador Itaparica, a qual se concretizaria a partir de uma conexão na Cidade Baixa, interferindo na visualização do frontispício da cidade. Nesta discussão, em que houve a defesa e o ataque ao projeto, somaram-se mais de 15 artigos de autoria do professor Paulo Ormino de Azevedo e do secretário estadual do Planejamento, José Sérgio Gabrielli.

### **Considerações finais**

O patrimônio histórico e cultural da Bahia vinha sendo depredado e degradado sem que a mídia reservasse espaço de forma sistematizada e proporcional à gravidade da questão. A pauta não era construída a partir de dados descobertos ou constatações feitas pelos repórteres ou por leitores. Ela era produzida à medida que eventos iminentes surgiam ou acontecimentos eram registrados ou anunciados, tornando-se inevitável a cobertura destes por todos os meios de comunicação que se propunham a fazer o jornalismo diário. Matérias eram publicadas sem que houvesse perspectiva de continuidade. Artigos apareciam, mas se esgotavam, já na primeira ou segunda iniciativa de inserção. A atitude diversa durante o segundo episódio, já como uma progressão na trajetória de aprimoramento da cobertura, é possivelmente o principal diferencial, aquele que acabou surpreendendo os diversos campos, pela persistência, recusando-se a deixar o assunto morrer ou ser esquecido.

O breve tombamento do Corredor da Vitória, entre 2003 e 2004, fez com que a abordagem jornalística sobre o patrimônio cultural reaparecesse com novas possibilidades de discussão trazidas pelo contexto que o envolvia, sob o ponto de vista social, econômico e político. O modo de abordagem diferenciado pela concentração em um foco e pela concretização de uma relação de diálogo estabelecida com os governos alcançou desfechos surpreendentes. Reflexos desse período são sentidos, fortemente, hoje, em Salvador. Porque, a partir dos episódios do Centro Histórico e do Corredor da Vitória, e com o jornalismo



fortalecido, a especulação imobiliária tratou de encontrar mecanismos mais sofisticados de pressão contra o jornal e os governos. Os lances tornam-se públicos, através das redes sociais. Esta é apenas a continuação de um processo que envolve a tensão das relações entre o jornal e os campos social, político e econômico.

Ao finalizarmos este estudo, podemos constatar a evolução da abordagem do assunto patrimônio em *A Tarde*. Analisamos o que mudou no jornal e no jornalismo, entre um e outro período, também em correspondência às conjunturas políticas. *A Tarde* colocou o assunto patrimônio histórico e cultural em pauta sistematicamente, contribuindo para o *agendamento* tanto do público quanto do governo. Concluímos que a imprensa escrita pauta e é matriz importante de produção de jornalismo.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

DEARING, James W.; ROGERS, Everett M. **Communication Concepts 6: Agenda-setting**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1992.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_ **Apocalípticos e integrados**. 5. ed. São Paulo Perspectiva, 1993.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FERREIRA, Walmir. Antonio Carlos: Bahia influi hoje nas decisões nacionais. In: *A TARDE*, 31/03/1992, p. 9.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. O caso de Évora. In: \_\_\_\_\_ . (Org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta Editora, 1997. p. 231-258.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. **Journal of International Peace Research**, n.1 p. 64-91, 1965.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Madri: Siglo XXI, 2006.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Albino et al. (Orgs.). **Produção e percepção dos sentidos midiáticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 155-186.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MCCOMBS, Maxwell. **Setting the agenda**. The mass media and public opinion. Cambridge: Polity, 2007.

McQUAIL, Denis. **Communication, aspects of modern sociology**. Social processes. New York: Longman Group, 1975.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Comunicação de Massas**. Trad.: Carlos de Jesus. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PARK, Robert Ezra. **The immigrat press and its control**. New York: Harper, 1922.

\_\_\_\_\_. **A notícia como forma de conhecimento**: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCC, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51-70.

Revista **Carta Capital**, na edição de 3/12/ 2003, p. 28

RISÉRIO, Antonio. **Caymmi**: uma utopia de lugar. São Paulo: Perspectiva; Salvador: Copene, 1993.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O campo dos media** – discursividade, narratividade, máquinas. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1984.

RONDELLI, Maria Elisabeth. Sociabilidade, espaço público e comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José. (Orgs.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1996. P. 112-122.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Dos poderes dos media: comunicação, sociabilidade e política. In: NETO, Antonio Fausto; BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs.). **Brasil comunicação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994. p. 65-79.

RUBINO, Silvana. Nem findas nem lindas: cidades e gestão da memória. In: LEITE, Rogério Proença. (Org.). **Cultura e vida urbana**: ensaios sobre a cidade. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. p. 145-170.

SILVA JUNIOR, J. A. Fluxos de notícias e cidades: redes digitais, urbanidade e o lugar do jornal. In: PRYSTHON, Angela; CUNHA, Paulo. (Orgs.). **Ecos urbanos**: a cidade e suas articulações midiáticas. Porto Alegre/ RS: Sulina, 2008. p. 137-152.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**: as “teorias” do jornalismo e os efeitos sociais dos media jornalísticos. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES João Pissarra. (Org.). **Comunicação e sociedade**: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 93-106.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.